

Moradia poderá ser facilitada nos pequenos municípios

Objetivo do projeto, que deve ser apreciado após o recesso pela Comissão de Desenvolvimento Regional, é estimular programas habitacionais em cidades com até 25 mil habitantes ao liberar a contrapartida financeira



Conjunto habitacional na Estrada Velha de Itapevi-Barueri: pequenos municípios terão benefícios ampliados para estimular a construção de moradias populares

A União poderá reduzir ou dispensar a contrapartida financeira nas transferências voluntárias destinadas a programas habitacionais. Proposta com essa finalidade, da ex-senadora Roseana Sarney, já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos e poderá ser votada em agosto, após o recesso parlamentar de julho, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa. A iniciativa altera o Estatuto da Cidade e a lei que fixa as diretrizes gerais da Política Nacional de Saneamento. **3**

Sarney comemora no Uruguai os 25 anos da redemocratização **2**

Comissão debate tráfico na fronteira com a Bolívia **2**

Dois novos senadores tomam posse

A bancada do Rio Grande do Norte tem dois novos representantes. Em campanha pela reeleição, Garibaldi Alves passou o exercício do mandato

a seu suplente, João Faustino. José Bezerra Júnior também tomou posse como senador, na vaga aberta pela licença de José Agripino. **3**



João Faustino e José Bezerra Júnior: prioridade, respectivamente, para a revisão constitucional e o pequeno produtor rural



Os governos dos estados mais atingidos recomendam a doação de roupas e produtos de higiene pessoal e limpeza

Termina hoje campanha de ajuda ao Nordeste

As doações aos desabrigados pelas enchentes em Alagoas e Pernambuco podem ser feitas em postos no Senado, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União até o final do dia. **2**

Guilherme/Secom/MT



Polícia Militar de Mato Grosso realiza operação na fronteira com a Bolívia: comissão promove debate sobre tráfico de drogas

Combate ao tráfico entre Brasil e Bolívia em debate na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inicia o segundo semestre com uma audiência pública sobre o combate ao tráfico de drogas entre Brasil e Bolívia, marcada para o dia 3 de agosto. No dia seguinte, a CCJ tem reunião deliberativa.

Na audiência, serão discutidas formas de combate ao tráfico de drogas na fronteira entre Brasil e Bolívia pelo Mato Grosso, uma das principais portas de entrada de cocaína no país.

Foram convidados os ministros da Justiça, Luiz Paulo Barreto, e da Defesa, Nelson Jobim. Também foram chamados o

delegado da Polícia Federal Júnior Aparecido Taglialhaena; o coordenador-geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes, Oslain Campos Santana; o procurador-geral de Justiça do Mato Grosso do Sul, Paulo Alberto de Oliveira; o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa; e a professora Jimena Costa, da Universidad Mayor de San Andrés, em La Paz, na Bolívia.

O debate foi solicitado por Kátia Abreu (DEM-TO), Serys Slhessarenko (PT-MT), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Sarney comemora 25 anos de redemocratização do Uruguai

Cerimônia comemorativa em Montevidéu terá a presença dos primeiros presidentes a governarem países do Cone Sul após o ciclo de ditaduras na região encerrado nos anos 80

Alvaro Dias: cubano protesta contra Lula

“Lula se aliou ao crime e não à justiça”, disse Omar Rodríguez Saludes, dissidente cubano exilado na Espanha, segundo matéria publicada pelo jornal *O Globo* e lida em Plenário por Alvaro Dias (PSDB-PR).

A declaração foi feita em Madri, durante entrevista coletiva concedida por sete dos 11 cubanos soltos esta semana. Saludes acusou o presidente Lula, que estava em visita a Cuba, de ter se omitido durante a greve de fome de Orlando Zapata Tamayo, que culminou com a morte do preso político.

– Creio que vai se tornando rotina na vida de todos nós, brasileiros, assistir a espetáculos em que o presidente Lula passa a mão na cabeça de todos os ditadores do mundo – afirmou Alvaro Dias.



Alvaro Dias leu em Plenário matéria publicada pelo jornal *O Globo*

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participa nesta segunda-feira, em Montevidéu, do ato comemorativo dos 25 anos da redemocratização do Uruguai. Sarney, o uruguaio Julio María Sanguinetti e o argentino Raúl Alfonsín foram os primeiros presidentes de seus países depois dos respectivos processos de redemocratização e, juntos, idealizaram o Mercosul, o mercado comum dos países do Cone Sul, que hoje conta também com o Paraguai e poderá contar com a Venezuela caso o parlamento paraguaio aprove ingresso desse país no bloco.

Participarão do ato comemorativo, além de Sarney e do presidente uruguaio José Mujica, o ex-presidente Sanguinetti, o senador uruguaio e secretário-geral do Partido Colorado, Pedro Bordaberry, o presidente da Frente Ampla do Uruguai, Jorge Brovetto, e o filho do ex-presidente argentino Raúl Alfonsín (falecido em 2009), Ricardo Alfonsín.

Na metade do século passado, em meio a uma forte crise econômica, grupos de esquerda partiram para o confronto no Uruguai, que era então um dos países com democracia mais consolidada na América do Sul, com dois partidos tradicionais: o Blanco (Partido Nacional) e o Colorado.

Em 1970, os Tupamaros – principal grupo armado de esquerda – sequestraram o agente da inteligência norte-americana Dan Mitrione, um instrutor de torturas e informações, e o cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Gomide. Mitrione foi assassinado, o que levou o go-



Sarney foi um dos idealizadores da integração regional, com o Mercosul

verno a endurecer.

Em 1973, o presidente colorado Juan María Bordaberry fechou o Senado e a Câmara dos Deputados, com apoio dos militares, declarou guerra aos Tupamaros, fechou a Central Nacional de Trabalhadores, passou a censurar jornais e criou o Conselho de Estado para legislar. Bordaberry foi afastado pelos militares em 1976, e substituído pelo seu vice, Alberto Demicheli, até que os militares indicaram outro civil, Aparício Méndez.

Em 1980, um plebiscito que buscava legitimar o regime foi derrotado por 56% dos votos, o que levou a um abrandamento progressivo da ditadura. Em 12 de março de 1985, em eleição presidencial direta, foi eleito o colorado Julio María Sanguinetti, que deflagrou o processo de redemocratização, com anistia, fim da censura e reabertura do Congresso Nacional.

O Uruguai conservou, durante a ditadura e depois dela, seus principais partidos, Colorado e Blanco – que têm mais de um século –, além da Frente Ampla.

Servidores do Legislativo ainda podem fazer doações

Encerra-se hoje o prazo para servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU) fazerem doações para a campanha Ajude sem demora: Alagoas e Pernambuco.

Apesar da significativa adesão, ainda é necessário reforçar a doação de roupas e de alguns produtos de limpeza e higiene pessoal.

O recolhimento dos doativos está sendo feito pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis), que organizou a campanha.

Por sugestão dos governos de Alagoas e Pernambuco, os doadores podem trazer kits prontos com produtos de higiene pessoal e limpeza. O primeiro deve ser montado com pasta de dente (2), papel higiênico (8 rolos), sabonete (3), escova

de dente (5), desodorante (2) e absorvente (um pacote). Já o de limpeza deve conter uma vassoura, um rodo, água sanitária (2 litros), sabão em pó (2 pacotes), sabão em pedra (4), detergente (2), esponja de prato (3) e panos de chão (2).

A iniciativa do Sindilegis recebeu o apoio da Secretaria de Relações Públicas do Senado e dos comitês de Ação e Cidadania da Câmara dos Deputados e de Solidariedade do TCU.

Os locais de arrecadação são os seguintes:

Senado – entradas dos anexos I e II, sala da Ascip no Prodasen, entrada do Interlegis, ILB e diretoria industrial da Seep.

Câmara dos Deputados – entradas dos anexos I, II e IV (pela garagem).

TCU – entrada do restaurante e do Anexo II, no térreo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão destinada a discursos de senadores

9h A sessão é não deliberativa, dedicada a pronunciamentos, não havendo votação de matérias.

SESSÃO ON-LINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Geraldo Mesquita Júnior • Mozarildo Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - **Fax:** (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Mesquita Júnior destaca aceitação do Conta Limpa

Mesquita Júnior (PMDB-AC) registrou ontem sua satisfação pelo resultado parcial de enquete na página da Agência Senado, na internet, sobre projeto de lei de sua autoria, apelidado de Conta Limpa, indicando que cerca de 60% dos entrevistados o aprovam.

O senador disse ter ficado feliz em poder contrapor, com esse resultado, opinião de colega que chamou sua proposta de "romântica" e sem chances de aprovação.

– Se cerca de 60%, respondendo a enquete como essa, acham que esse é um projeto que pode contribuir com a moralização do processo eleitoral brasileiro, ele não tem nada de romântico.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 137/10 determina que todas as doações em dinheiro para campanhas eleitorais devam ser distribuídas proporcionalmente entre os partidos, conforme seu peso no Congresso.

Assim, ninguém poderia doar diretamente a qualquer partido ou candidato: todas as doações seriam distribuídas entre todos, e os partidos ganhariam mais na medida de suas atuais bancadas no Congresso.

O projeto Conta Limpa determina que as doações de pessoas físicas e jurídicas sejam deposi-



Mesquita Júnior: projeto ajuda moralização do processo eleitoral

tadas obrigatoriamente pelos doadores em conta especial aberta pelos tribunais regionais eleitorais (TREs) dos estados e do Distrito Federal.

Mesquita Júnior disse que as campanhas políticas se transformaram no inverso do que deveriam ser: o predomínio do poder econômico sobre a política. Ele criticou o que considera "relação promíscua" estabelecida entre os empresários financiadores de campanha e os candidatos.

– No final dessa campanha, espero que as pessoas lembrem o que estou dizendo: poucos são os que se elegem e se elegerão sem que tenham capacidade de reunir elevados recursos.

José Bezerra quer defender pequeno produtor rural

A defesa do pequeno produtor rural e o combate à burocracia nos órgãos governamentais são as duas bandeiras do senador José Bezerra Júnior (DEM-RN), que assumiu ontem a vaga deixada pelo senador licenciado José Agripino (DEM). Economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, José Bezerra Júnior é agropecuarista.

O novo senador manifestou interesse em conhecer os projetos na Casa relativos a benefícios aos pequenos produtores rurais e à simplificação do acesso dos cidadãos aos órgãos públicos.

Essa é a primeira vez que José Bezerra Júnior assume uma vaga no Parlamento. O senador preside o conselho deliberativo do Sebrae potiguar, integra o conselho de administração da empresa de extensão rural do estado e foi presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte.



José Bezerra Júnior é presidente do conselho deliberativo do Sebrae-RN



Faustino tomou posse ontem no Senado no lugar de Garibaldi Alves

João Faustino sugere revisão constitucional

O primeiro suplente do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), João Faustino (PSDB), defendeu ontem, em seu discurso de posse, uma revisão da Constituição federal que possibilite a modernização do sistema político, tributário e eleitoral do país. Garibaldi se licenciou do mandato para dedicar-se à campanha pela reeleição.

Na avaliação de João Faustino, uma revisão constitucional somente poderá ser viabilizada por meio de uma assembleia nacional revisora, que preserve as cláusulas pétreas e todas as garantias sociais contidas na Carta Magna.

O senador também apontou a precariedade da educação pública como um dos problemas mais graves a serem enfrentados no país atualmente. Faustino foi deputado federal por quatro mandatos.

Projeto a ser analisado pela Comissão de Desenvolvimento Regional dispensa de contrapartida municípios de até 25 mil habitantes situados em regiões pobres

Pequeno município poderá ter incentivo para habitação

A UNIÃO PODERÁ reduzir ou dispensar a contrapartida financeira nas transferências voluntárias destinadas a programas habitacionais. Proposta com essa finalidade, da ex-senadora Roseana Sarney, poderá ser votada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) em agosto.

A autora ressaltou, ao justificar a proposta (PLS 331/06), que o objetivo é favorecer municípios sem condições financeiras para contribuir nos custos de programas habitacionais realizados com recursos federais. O projeto altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e a lei

que fixa as diretrizes gerais da Política Nacional de Saneamento (Lei 11.445/07). Já aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria receberá decisão terminativa na CDR.

Poderão ser dispensados da contrapartida os municípios com população inferior a 25 mil habitantes e localizados nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste ou na metade sul ou noroeste do Rio Grande do Sul – outras áreas equiparadas a essas regiões também poderão ser beneficiadas pela proposta. Além disso, os municípios deverão ter indicadores de

desenvolvimento econômico ou social inferiores à média nacional.

Na avaliação da relatora da matéria na CDR, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), os municípios de pequeno porte e reduzida capacidade de arrecadação têm dificuldades para promover investimentos.

– O inadiável empenho nacional no combate à pobreza não admite que se tratem igualmente os desiguais. Os municípios mais pobres das regiões mais carentes não podem ser instados a contribuir com recursos orçamentários de que não dispõem – afirma Serys.



Casa popular em Bujari (AC): proposta beneficia cidades sem condições de contribuir com programas habitacionais federais

Aeros e Aerus: Alvaro relata drama dos pensionistas

O comandante Ausbert Simon trabalhou durante 40 anos na Varig. Foi um dos fundadores do fundo de pensão da empresa, o Aerus. Vítima de um câncer incurável, morreu convencido de que deixaria uma pensão, para a viúva criar os dois filhos do casal, de cerca de R\$ 6 mil. A viúva Maura Brasília Feliciano Coratti Simon, que recebe menos de 10% desse valor, enviou e-mail ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR) contando seu drama familiar, que é o mesmo vivido por cerca de 18 mil participantes dos fundos de pensão Aeros (Vasp) e Aerus (Varig e Transbrasil).

– Nem em seus momentos de

maior pessimismo o comandante Simon poderia imaginar que um dia, depois de sua morte, sob o governo de um presidente que se elegeu em nome dos trabalhadores, a pensão que ele deixara para a sua companheira iria ser reduzida de R\$ 6 mil para miser R\$ 584 – contou.

Outra situação dramática é a da família do também ex-comandante da Varig Antonio José Schittini Pinto, que morreu há poucos dias. A diferença é que ele faleceu consciente de que a pensão que deixaria é insuficiente para a manutenção da família.

– Quantos outros vão ter que

morrer, cansados de esperar e de viver em situação humilhante, para que este governo se sensibilize com a dramática situação na qual deixou milhares de aeronautas e aviadores? – indagou o senador. No seu entendimento, ao intervir nos dois fundos de pensão, o governo se tornou responsável por eles. Para Alvaro Dias, o próprio governo, por meio dessa intervenção, "arrebentou os cofres" do Aerus e do Aeros, comprometendo sua capacidade de financiar aposentadorias e pensões devidas aos trabalhadores aposentados do setor aviário.

Mozarildo: índios expulsos "não rezam a cartilha das ONGs"

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou em discurso ontem que os cerca de cem índios que estavam acampados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, só foram expulsos por ordem do governo "porque não rezavam a cartilha das ONGs apoiadas pela Funai". Ele disse ter ficado intrigado com a expulsão, depois de 159 dias de acampamento, pois "esse governo nunca expulsou sem-terras de áreas invadidas ou índios que protestam em Brasília".

– Ora, os índios estavam protestando contra um decreto do presidente da República, assinado sem que eles fossem ouvidos e que mudava até mesmo uma lei – disse o senador.

Depois de afirmar que as organizações não governamentais costumam chamá-lo de "inimigo dos índios", por seus questionamentos na demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, Mozarildo criticou a direção da Fundação Nacional do Índio (Funai).

– A Funai tem uma parceria



Senador comenta retirada de índios acampados em Brasília havia 159 dias com algumas ONGs, que ela elege como prioritárias e sacrossantas, e isola outras ONGs que não rezam na mesma cartilha de um grupinho que vem comandando a Funai há muito tempo – afirmou.

Entre os projetos aprovados pela CAS, Rosalba Ciarlini referiu-se ao apresentado por Paulo Paim, que permite que o trabalhador desempregado saque seus recursos do PIS-Pasep

CAS aprovou 149 matérias e realizou 17 audiências

AO ENCERRAR AS atividades do primeiro semestre na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) informou que o colegiado, presidido por ela, aprovou 149 matérias no período, entre projetos de lei e requerimentos. Ela também destacou que foram realizadas 17 audiências públicas.

A senadora lembrou em Plenário, na quarta-feira, que essas audiências abordaram questões relacionadas à saúde, às pessoas com deficiência, à terceira idade e à regulamentação de profissões, entre outros assuntos.

Como exemplo, Rosalba mencionou os debates sobre consumo de *crack*, mortalidade materna, falsificação de medicamentos, regulamentação da profissão de comerciante e direitos previdenciários das mulheres. A última audiência do semestre foi realizada na quarta-feira e abordou o câncer infanto-juvenil.

A parlamentar assinalou ainda que a CAS também promoveu audiências públicas em conjunto com outras comissões do Senado, como as que debateram o Fundo Social (a ser criado com os recursos da exploração do petróleo pré-sal), a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a reformulação da Lei Pelé.



Rosalba Ciarlini (E) destacou o trabalho da comissão no primeiro semestre

Propostas ampliaram direitos dos trabalhadores

Entre os projetos de lei aprovados pela comissão, Rosalba citou o PLS 117/09, que permite ao trabalhador desempregado sacar seus recursos acumulados no PIS-Pasep. Essa proposta, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados, foi apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A senadora também citou o PLS 521/09, de sua autoria, que visa garantir o emprego do trabalhador que estiver prestes a se aposentar – mais especificamente “durante os 18 meses que antecedem a data em que o empregado adquiere direito à aposentadoria voluntária, des-

de que trabalhe para o mesmo empregador há, pelo menos, cinco anos” e seja contratado por prazo indeterminado. O projeto prevê indenização para o trabalhador que for demitido nessas condições.

Outra proposição destacada pela parlamentar foi a que obriga os estabelecimentos de saúde – públicos e privados – a fazer a notificação compulsória quando verificarem casos de violência contra os idosos atendidos nesses locais. Proveniente da Câmara dos Deputados, o projeto (PLC 298/09) já foi aprovado na CAS e aguarda votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Rosalba mencionou ainda o PLS 471/09, que classifica como crime de apropriação indébita o caso em que o empregador se apropria da gorjeta destinada a seus funcionários. Apresentada pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta tramita atualmente na Câmara.

A senadora também destacou o projeto que torna obrigatória a impressão, nas embalagens de leite, do calendário básico de vacinação da criança – que é estabelecido pelo Ministério da Saúde. O projeto (PLC 68/09) teve origem na Câmara. No Senado, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela CAS.

Quebra de interstício na aprovação de PECs

A Secretaria Especial de Comunicação Social divulgou ontem nota em resposta a editorial de jornal:

“O jornal *O Globo* publicou em sua edição do último dia 13 do corrente editorial com o título ‘Rito sumário desprotege a Constituição’, no qual critica de forma áspera o processo adotado pelo Senado Federal na aprovação de emendas constitucionais.

Ao contrário do que o texto afirma, em nenhum momento o Plenário do Senado Federal manobrou para a ‘revogação na prática do regimento que protege a Constituição’, com o objetivo de realizar votações a ‘toque de caixa’.

A Constituição estabelece apenas que uma proposta de emenda constitucional é considerada aprovada se obtiver, na

Câmara e no Senado, o voto favorável de três quintos da composição da Casa, em dois turnos de discussão e votação. Os demais procedimentos legislativos na deliberação de uma PEC são matéria regimental, *interna corporis* de cada Casa do Congresso. Tanto é verdade que Senado e Câmara adotam, em seus regimentos, procedimentos diferentes de tramitação. No Senado, o Regimento Interno permite que, em havendo consenso das lideranças, os prazos previstos para a tramitação podem ser reduzidos, uma vez aprovado requerimento nesse sentido. Foi o que ocorreu nas votações nominadas pelo editorial.

Lembramos que as propostas de emendas à Constituição, de modo geral, tramitam por longo tempo no Senado e Câmara dos Deputados e quando vão a Plenário é porque se estabeleceram consensos no rito de votação. A surpresa demonstrada pelo editorialista talvez seja explicada pela sua não compreensão do processo legislativo e por falta de um acompanhamento mais diuturno das discussões das matérias nas comissões. Formado por bancadas heterogêneas, representando a diversidade política, social e ideológica do país, o Senado Federal não comporta surpresas e todas as suas decisões são transparentes.”

Cristovam: falta de boa escola também maltrata crianças

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem que, do ponto de vista social, o projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para proteção das crianças é um avanço jurídico, mas de uma maneira incompleta. Cristovam assinalou que no Brasil permanece também a violência da criança abandonada.

– O mau trato de uma criança não se dá apenas fisicamente, se dá também pelo abandono. E isso não estamos conseguindo vencer. Existe o mau trato da criança de quem é sonegado o futuro, roubado o futuro, impedido o futuro, ao não dar direito à criança a uma boa escola. Essa violência não tem lei ainda que proíba, porque nós não temos ainda uma lei de responsabilidade educacional neste país – afirmou.

Para Cristovam, o presidente Lula “foi muito feliz” por tomar a iniciativa de promover uma lei surgida de um movimento social, que teria como principal líder a apresentadora de televisão Xuxa Meneghel. Para o senador, a lei proposta pelo presidente não pune os pais que dão palmadas e beliscões em seus filhos, mas aqueles que praticam maus-tratos.

– Isso não pode ficar impune nem pode ser punido apenas pelas leis normais. É nesse sentido que essa lei é bem-vinda. Não se trata da lei contra a palmada, mas se trata da lei contra a violência

de parte de qualquer pessoa, inclusive dos próprios pais – avaliou.

A lei de responsabilidade educacional sugerida pelo senador deve punir prefeito e governador que neguem escola às crianças da sua cidade e do seu estado, ou aqueles que dizem dar escola, mas dão prédios ruins e professores mal remunerados.

Outro avanço apontado por Cristovam é a emenda constitucional que simplifica o processo de divórcio. Ele estranhou que, no Brasil, seja mais fácil os pais se separarem do que encontrarem escola boa para os filhos.

– A gente deveria, ao mesmo tempo em que se preocupa corretamente em simplificar separação de casais, de pessoas que não querem viver juntas, facilitar a matrícula dos filhos desses casais nas escolas de qualidade.



Cristovam elogia projeto do governo que pune maus-tratos contra crianças

TV exhibe especial sobre o ECA

A TV Senado exibirá no próximo sábado, dia 17/7, às 20h, o programa **Repórter Senado – O Estatuto da Proteção – crianças e adolescentes**, especial sobre os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), comemorados no mês de julho.

O programa será reprisado no dia 18/7, domingo, às 7h, 13h30 e 21h, e no dia 21/7, quarta-feira, às 21h.

Os canais da TV Senado são:

- Sky - canal 118
- Net - canal 7
- TECSAT - canal 17

Informações sobre como sintonizar a TV Senado por antena parabólica ou UHF podem ser obtidas em www.senado.gov.br/tv

Foto: Stock.XCHNG

Senado seleciona trabalhos acadêmicos de servidores

A Diretoria-Geral do Senado recebeu 55 obras de servidores da Casa – entre teses, dissertações e monografias – para seleção destinada à publicação. Uma comissão escolherá dez desses trabalhos para fazerem parte da edição de 2010 da coleção de obras do Senado Federal. O objetivo é estimular a produção acadêmica por parte dos servidores.

As inscrições de trabalhos foram realizadas entre 5 de abril e 30 de junho. Cada concorrente participou com

apenas uma obra. Os trabalhos vão ser analisados de acordo com a relevância e a atualidade, a contribuição para a área do conhecimento e a qualidade do texto, segundo o edital da seleção. Ao final, no dia 15 de setembro, serão escolhidas duas teses de doutorado, três dissertações de mestrado, além de cinco monografias de conclusão de cursos de graduação ou pós-graduação. Cada publicação terá tiragem de 500 exemplares, sendo que 50 exemplares são para os autores.